



SINDSERV
SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPEMIRIM

OFÍCIO/SINDSERV N.º. 051/2024

Itapemirim/ES, 04 de dezembro de 2024.

Origem: Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Itapemirim - SINDSERV

Destino: Secretaria Municipal de Governo do Município de Itapemirim/ES

Sr.º Secretário,

O **SINDSERV - SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPEMIRIM-ES**, entidade sindical representativa dos servidores públicos municipais e autárquicos de Itapemirim/ES, inscrito no CNPJ sob n.º 36.401.206/0001-70, Código Sindical MTE n.º 914.000.580.26566-7, com sede e foro na Rua Adiles André Leal, n.º 68, bairro Serramar, Itapemirim/ES, CEP: 29330-000, devidamente representado por sua Diretora Presidente, Sr.ª. Adriana Paula Viana Alves, vem respeitosamente, perante Vossa Senhoria, expor e requerer o que segue.

CONSIDERANDO, que desde que o Benefício Alimentação deixou de ser subdividido em "benefício alimentação" (R\$ 700,00) e "cartão refeição" (R\$ 300,00), conforme era disposto na Lei Complementar n.º 247/2019, não houve qualquer acréscimo real ou reajuste no valor total do benefício, mesmo após a edição da Lei Complementar n.º 262/2022.

CONSIDERANDO, que o princípio da valorização do trabalho humano, consagrado no artigo 1.º, inciso IV, da Constituição Federal, reforça o compromisso do Poder Público com a melhoria das condições de vida e trabalho dos servidores, sendo o benefício alimentação essencial para garantir a dignidade e bem-estar do trabalhador;

CONSIDERANDO, que a atualização do Benefício Alimentação com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) assegura a manutenção do poder aquisitivo dos servidores, especialmente em um contexto de inflação crescente que impacta diretamente os custos básicos, como alimentação e transporte;

CONSIDERANDO, que a Lei Complementar n.º 262, de 25 de julho de 2022 possibilitou que o Benefício alimentação possa ser reajustado, anualmente, de acordo com o Índice



SINDSERV
SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPEMIRIM

Nacional de Preços ao Consumidor INPC/IBGE verificado no período dos últimos 12 (doze) meses;

REQUER o **SINDSERV**, que sejam adotadas as providências necessárias para a concessão do reajuste anual do Benefício Alimentação, em conformidade com o índice INPC acumulado nos últimos 12 meses, observando a viabilidade orçamentária e financeira do município, conforme disposto na legislação vigente, de modo a garantir a valorização do servidor público e a preservação do poder aquisitivo deste importante benefício.

Na expectativa de uma resposta positiva e do compromisso com os direitos dos servidores municipais, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários.

Renovamos os votos de elevada estima e consideração, aguardando posicionamento com a devida fundamentação.

Atenciosamente,

Adriana Paula Viana Alves
Presidente do SINDSERV